

CARTA DE BRASÍLIA

As entidades reunidas na Conferência Nacional em Defesa da Terra, do Trabalho e da Cidadania nos dias 2, 3 e 4 de abril de 1997, em Brasília, analisando a situação de crise social por que passa o Brasil, decidem tornar pública a sua avaliação e convocam o conjunto da sociedade brasileira a unificar a sua força e riquíssima capacidade de inovação social e mobilização. Nosso objetivo é a promoção de novos direitos e a defesa dos direitos sociais e políticos conquistados nas últimas décadas, hoje em processo de desmonte pelo autoritarismo inerente ao projeto neoliberal do Poder Executivo.

Mesmo com a resistência oferecida pelas organizações dos trabalhadores, aumentam preocupantemente o desemprego, o arrocho salarial e a desregulamentação das relações de trabalho. Excluídos do mercado

formal de trabalho e sem qualquer política de geração de emprego, contingentes crescentes são forçados a engrossar o mercado informal, sem garantias de remuneração, aposentadoria e outros direitos sociais. Em consequência dessa política que promove a exclusão, cresce a miséria no campo e na cidade, agravada pela criminalidade e violência que se abatem sobre o povo brasileiro. A cada dia, há, inclusive, nas grandes cidades, um número maior de homens, mulheres e crianças vivendo nas ruas,

Outra face desta política de destituição dos direitos sociais é o desmonte do Estado no atendimento de políticas universais nas áreas de saúde, educação, previdência, habitação, assistência social e outras. A sociedade brasileira vê envergonhada o ressurgimento de doenças endêmicas, a gravidade das altas taxas de mortalidade infantil, o abandono de nossos idosos e os milhões de analfabetos relegados à condição de marginalidade.

Enquanto o governo federal propagandeia a existência de um Programa Nacional de Direitos Humanos, a mídia anuncia o crescimento da violência policial. A prostituição e o turismo sexual, o extermínio de crianças e adolescentes e a exploração do trabalho escravo e infantil continuam sendo motivo de denúncias tanto no Brasil como no Exterior.

A juventude, mesmo com a luta de suas entidades estudantis e juvenis, se vê cada vez mais privada do emprego e da educação, sofrendo a ameaça de ter a universidade e o ensino técnico públicos privatizados. Sem perspectivas de futuro, ela vê-se assediada pelo narcotráfico e pelos valores assimilados da violência crescente em nossa sociedade.

Aprofunda-se o processo de feminização da pobreza, ainda mais acentuado entre as mulheres negras. Configura-se um quadro de maiores desigualdades para as mulheres nas suas condições de vida, acesso ao trabalho e ao ensino. A maternidade não é tratada como questão social e inexistem creches e escolas em período integral. As mulheres continuam sendo vítimas de violência na sociedade e na família. A população negra é duramente atingida pelo processo de apatamento em curso, responsável pela ampliação do racismo, da exclusão e marginalização desse segmento populacional. Nesse caldo de cultura, ganham força o fundamentalismo religioso, a xenofobia e o racismo.

Seguindo a política de exclusão e massacre promovida pelos governos anteriores (Carandiru, Vigário Geral), em dois anos de governo FHC a sociedade testemunhou os massacres de trabalhadores rurais sem-terra, em Corumbiara (RO) e Eldorado do Carajás (PA), até hoje impunes, como os anteriores, e agora a ignominiosa violência policial praticada pela Polícia Militar de São Paulo na cidade de Diadema.

Abandonados pelo governo em acampa-

mentos à beira de estradas, os sem-terra reafirmam a vitalidade de seu movimento na marcha de milhares de quilômetros a Brasília para cobrar medidas efetivas de reforma agrária. Agricultores familiares vivem em permanentes dificuldades e muitos perdem suas terras por causa da falta de crédito e financiamento. Diante desta realidade, os trabalhadores e trabalhadoras rurais se mobilizam em defesa da terra, agricultura familiar, emprego, salário e seguridade social para o campo nas ações do Grito da Terra Brasil.

Os povos indígenas, vítimas seculares da opressão e da exploração, encontram-se numa intolerável situação de abandono e de um continuado processo de espoliação de suas terras. A política indigenista do governo agride direitos históricos dos povos indígenas e favorece a lógica dos predadores dos recursos

vimento sustentável.

Para atender aos interesses das elites, Fernando Henrique Cardoso governa por Medidas Provisórias, fere a autonomia dos Poderes Legislativo e Judiciário e submete o Parlamento a uma barganha clientelista e fisiológica, com a conivência de ampla maioria do Congresso Nacional. Essas práticas se inscrevem nas piores tradições da história política do Brasil, demonstradas, entre outros atos, pela aprovação da emenda casuística e golpista da reeleição. Sua vontade imperial se afirma na imposição de uma política anti-social que fere os direitos e os interesses do povo brasileiro, propondo inclusive uma reforma política restritiva e antidemocrática. No plano das relações internacionais, FHC se submete aos programas de ajuste estrutural impostos pelo Fundo Monetário Internacio-

convocação à mobilização da sociedade brasileira e para isso propomos a construção de uma política unitária de nossas organizações em defesa da Terra, do Trabalho e da Cidadania.

É por meio de uma ampla mobilização social que conseguiremos resistir à ofensiva neoliberal do governo FHC. Essa resistência se articula na luta concreta por políticas públicas que atendam às demandas do povo brasileiro. Nossas energias se dirigem neste momento às mobilizações por Reforma Agrária Já, Reforma Urbana, Redução da Jornada de Trabalho Sem Redução do Salário, Contra a Privatização da Vale, Defesa do Sistema Único de Saúde, Por uma Política de Habitação Popular, Defesa da Educação Pública e Gratuita, pela implementação da Lei Orgânica da Assistência Social, Contra a Fome, a Miséria e Pela Vida.

Desde já, as campanhas nacionais na defesa de direitos se contrapõem à agenda neoliberal postas na ordem do dia pelo Governo e, sabemos, requerem um amplo apoio e sustentação do conjunto da nossa sociedade.

As entidades e partidos políticos integrantes da Conferência assumem o compromisso de fortalecer e impulsionar as lutas dos trabalhadores, somando as iniciativas em torno a uma agenda de mobilizações sociais.

Assumimos também o compromisso da realização de um Encontro Nacional Democrático e Popular, com a participação de entidades populares de base, no segundo semestre deste ano, bem como a permanência desta articulação entre as entidades do movimento democrático e popular que fortaleça a luta contra o neoliberalismo. O Encontro será precedido de Conferências Regionais que reproduzam o debate dos temas apontados nesta Carta

e organizem as Campanhas Nacionais.

O movimento popular e democrático tem diante de si o desafio de retomar os ideais libertários e de justiça social, resgatar a esperança e reforçar a solidariedade.

Brasília, 4 de abril de 1997

CUT - ABONG - CMP - CONTAG
MST - CNBB - UNE - UBES
CONAM - COBAP - UJS - UBM
MAB - LAC - FASE - IBASE
CONE - CEPEL
Instituto Cidadania - Pastoras Sociais
Ação da Cidadania (SP/MS)
Rede Unital Trabalho - Instituto Ecoar
Fórum Nacional Pela Reforma Urbana
Fórum de ONGs Pelo Meio Ambiente
PT - PCdoB - PSTU



naturais. As comunidades negras rurais estão se organizando e lutando para fazer valer o direito constitucional dos Remanescentes de Quilombos à propriedade de suas terras.

Aumentam as desigualdades regionais, aprofundando as injustiças sociais nas regiões Norte e Nordeste. Da mesma forma, o governo ignora as pressões sociais em defesa do meio ambiente, comprometendo a qualidade de vida da atual e das futuras gerações. São nessa perspectiva a Lei de Patentes, a Lei de Cutivares, a retomada das Usinas Angra 2 e 3, a falta de políticas públicas coerentes para a Amazônia, o esvaziamento do Conama e o não-cumprimento dos acordos assumidos na Eco-92.

O governo impõe maiores sacrifícios ao povo para garantir a estabilidade da moeda e o plano de integração subordinada do Brasil ao mercado global. As precárias bases da estabilização monetária, o aumento das dívidas interna e externa e a busca do equilíbrio fiscal em detrimento exclusivo dos direitos sociais são algumas das questões subtraídas à participação democrática da sociedade pelo autoritarismo da gestão econômica.

A prioridade deste governo é voltada apenas aos banqueiros, latifundiários, grandes empresários e investidores internacionais. O Proer, que já gastou mais de R\$ 20 bilhões em socorro do sistema financeiro, o não-pagamento da dívida dos grandes latifundiários e usineiros junto ao Banco do Brasil e a abertura indiscriminada do mercado brasileiro às empresas transnacionais são exemplos dos interesses defendidos pelas políticas de governo.

O sucateamento do sistema nacional de ciência e tecnologia, a privatização das telecomunicações, do setor energético e sua decisão de privatizar a Companhia Vale do Rio Doce e a Petrobras são atentados à soberania nacional, privando o País de instrumentos de política econômica essenciais ao desenvol-

nação e aos interesses do capital especulativo e financeiro.

Os movimentos sociais, entidades da sociedade civil, sindicais, estudantis, personalidades que apresentam suas críticas ou reivindicações, são recebidos não apenas com a insensibilidade característica do governo FHC, como são obrigados a enfrentar pesados ataques que visam destruir as organizações sociais, especialmente as dos trabalhadores e do movimento popular.

As lutas democráticas pelas eleições diretas, pela inscrição de novos direitos na Constituição de 88, pelo impeachment de Fernando Collor, pela Ética na Política, são expressão da vontade e da mobilização do nosso povo por um Brasil mais justo e pela dignidade cidadã.

Diante desta situação, deliberamos pela

AGENDA DE MOBILIZAÇÃO

- 15 de abril: Jornadas de Lutas em Brasília, na defesa da Previdência, do Emprego e da Reforma Agrária, com caravanas de metalúrgicos, bancários, professores, funcionários públicos e o acampamento de desempregados.

- 16 de abril: Dia Nacional em Defesa do SUS e da Saúde Pública.

- 17 de abril: Manifestações em defesa de acelerar o processo da Reforma Agrária na chegada da Marcha do MST a Brasília, exigindo Justiça no campo e contra a atual política econômica.

- Semana de Mobilizações Contra a Privatização da Vale do Rio Doce, iniciada, em Ouro Preto, no dia 21 de abril, e comício no dia 29, no Rio de Janeiro.

- 1º de Maio: Manifestações em Defesa do Emprego, Salário e da Redução da Jornada de Trabalho.

- Abril e maio: Grito da Terra Brasil, por Reforma Agrária, agricultura familiar, emprego, previdência e salário digno, promovido pela CONTAG, CUT, CAPOIB, CNS, MONAP e MAB.

- 11 a 16 de maio: Fórum Paralelo Nossa América (Belo Horizonte).

- 3 de junho: Dia Nacional de Ocupações Urbanas.

- 9 e 10 de junho: Caravana dos Movimentos Populares a Brasília.

- 7 de setembro: Grito dos Excluídos.

- 16 de outubro: Dia Mundial da Alimentação.

- 20 de novembro: Dia Nacional da Consciência Negra.